

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	33
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.390
Preferenciais	131
Total	7.521
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	245.566	255.270
1.01	Ativo Circulante	18.565	22.869
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.987	14.387
1.01.03	Contas a Receber	1.328	5.412
1.01.03.01	Clientes	1.328	5.412
1.01.04	Estoques	769	502
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.127	1.554
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.127	1.554
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.134	725
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	220	289
1.02	Ativo Não Circulante	227.001	232.401
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.869	1.604
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.869	1.604
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.869	1.604
1.02.03	Imobilizado	223.861	229.417
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	223.809	229.417
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	52	0
1.02.04	Intangível	1.271	1.380
1.02.04.01	Intangíveis	1.271	1.380

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	245.566	255.270
2.01	Passivo Circulante	45.174	33.122
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.387	7.273
2.01.02	Fornecedores	10.894	9.099
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.633	4.833
2.01.05	Outras Obrigações	16.260	11.917
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.202	1.531
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.202	1.531
2.01.05.02	Outros	15.058	10.386
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	10.500	8.093
2.01.05.02.05	Receita Diferida ISS/IPTU	1.256	1.256
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	3.289	850
2.01.05.02.08	Outros	13	187
2.02	Passivo Não Circulante	183.050	182.099
2.02.02	Outras Obrigações	67.990	68.096
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.603	1.656
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.603	1.656
2.02.02.02	Outros	66.387	66.440
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	66.191	66.296
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	196	144
2.02.03	Tributos Diferidos	5.754	5.831
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.754	5.831
2.02.04	Provisões	74.951	73.326
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.951	73.326
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.874	5.874
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	19.151	17.526
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	49.926	49.926
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	34.355	34.846
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	19.057	19.371
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	15.298	15.475
2.03	Patrimônio Líquido	17.342	40.049
2.03.01	Capital Social Realizado	216.713	216.713
2.03.02	Reservas de Capital	118.087	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	118.331
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-317.458	-294.995

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.708	16.644
3.01.01	Receita Bruta	21.825	22.327
3.01.02	Impostos	-1.827	-2.495
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	-290	-3.188
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.582	-15.499
3.03	Resultado Bruto	126	1.145
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.194	-19.606
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.947	-20.843
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	753	1.237
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-22.068	-18.461
3.06	Resultado Financeiro	-716	-395
3.06.01	Receitas Financeiras	516	876
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.232	-1.271
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22.784	-18.856
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-22.784	-18.856
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-22.784	-18.856
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,02884	-3,64000
3.99.01.02	PNA	-3,02884	-3,64000
3.99.01.03	PNB	3,02884	-3,64000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-3,02884	-3,64000
3.99.02.02	PNA	-3,02884	-3,64000
3.99.02.03	PNB	-3,02884	-3,64000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-22.784	-18.856
4.02	Outros Resultados Abrangentes	243	245
4.03	Resultado Abrangente do Período	-22.541	-18.611

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.126	-7.056
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-14.706	-4.479
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício	-22.784	-18.855
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	5.760	1.825
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias	1.007	1.020
6.01.01.04	Receita Diferida Realizada	-314	-314
6.01.01.05	Provisões para Contingências	1.625	11.845
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.580	-2.577
6.01.02.01	Clientes	4.084	1.440
6.01.02.02	Almoxarifado	-267	-46
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-5.409	-4.703
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-573	435
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-265	-569
6.01.02.06	Outros Ativos	69	-31
6.01.02.07	Fornecedores	1.795	-3.047
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	4.612	3.496
6.01.02.09	Obrigações Trabalhistas	114	2.302
6.01.02.10	Adiantamentos de Clientes	2.459	-1.174
6.01.02.12	Recursos Municipais - Eventos	2.439	-319
6.01.02.13	Outros Passivos	-478	-361
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96	-542
6.02.01	(Aquisição) Baixa de Imobilizado e Intangível	-96	-542
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178	3.050
6.03.02	Recursos Governamentais	-178	3.050
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.400	-4.548
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.387	33.216
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.987	28.668

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	216.713	0	0	-294.994	118.330	40.049
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	0	0	-294.994	118.330	40.049
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.784	0	-22.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.784	0	-22.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	320	-243	77
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	320	-320	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	77	77
5.07	Saldos Finais	216.713	0	0	-317.458	118.087	17.342

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.050	0	0	0	3.050
5.04.09	Recursos Governamentais	0	3.050	0	0	0	3.050
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.856	0	-18.856
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.856	0	-18.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	322	-245	77
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	322	-322	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	77	77
5.07	Saldos Finais	149.199	63.343	0	-259.771	119.062	71.833

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	19.731	20.365
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	21.825	19.139
7.01.02	Outras Receitas	641	1.237
7.01.02.01	Outras Receitas	931	0
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-290	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.735	-11
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.603	-9.832
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.603	-9.832
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.128	10.533
7.04	Retenções	-5.760	-1.690
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.760	-1.690
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.632	8.843
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	547	909
7.06.02	Receitas Financeiras	547	909
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-3.085	9.752
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-3.085	9.752
7.08.01	Pessoal	14.283	22.458
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.198	5.867
7.08.02.01	Federais	3.812	4.673
7.08.02.03	Municipais	1.386	1.194
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	218	283
7.08.03.02	Aluguéis	218	283
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.784	-18.856
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.784	-18.856



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Comentário do desempenho)

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do período, acompanhados das Informações Financeiras Intermediárias correspondentes, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2019.

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, à Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,7% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a São Paulo Turismo S/A detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; c) o fornecimento e ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) a construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) a formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) o licenciamento de marcas de sua titularidade; h) o apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) a concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) a prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. O **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, o “**Sambódromo**”, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi*, com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200

Comentário do Desempenho



pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

Privatização

Em 06/02/2018 foi publicado fato relevante sobre a Lei nº 16.766/2017 sancionada pelo Prefeito de São Paulo em 20/12/2017, autorizando a alienação da participação societária detida pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

Em 03/02/2018, para a efetivação da operação em referência, foi publicado no Diário Oficial da Cidade, Edital cujo objeto é a prestação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de estruturação e execução da venda da totalidade dos ativos mobiliários detidos pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

Em 13/03/2018 o serviço foi adjudicado à empresa Brasil Plural Consultoria e Assessoria Ltda. O Edital da licitação foi elaborado pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias. A participação no pregão eletrônico foi mediante acesso ao site da Bolsa Eletrônica de Compras, www.bec.sp.gov.br.

Em 04/05/2018 foi promulgada a Lei nº 16.886/2018 que definiu os índices e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo na elaboração de Projeto de Intervenção Urbana – PIU, para a Zona de Ocupação Especial – ZOE do Anhembi. Também tratou do retorno à Prefeitura de todas as competências públicas exercidas pela SPTuris, no caso da alienação do controle.

Em 13/07/2018 foi promulgado o Decreto 58.319/2018 pelo qual foi revogada a permissão de uso do Autódromo Municipal José Carlos Pace (Autódromo de Interlagos), o qual passa a ser administrado pela empresa municipal São Paulo Obras. Também foi revogada a exclusividade para realização dos seguintes eventos: Festa de Aniversário da Cidade, Carnaval, Festejos de Natal e de “Réveillon” e São Paulo Fashion Week.

Em 23/08/2018 foi promulgada a Lei nº 16.974/2018, que criou a Secretaria Municipal de Turismo, cujo objeto dispõe sobre a assunção de atribuições similares às exercidas pela SPTuris.

Em 28/08/2018 é juntada contestação à liminar para preservação do Parque Anhembi nos autos do processo de ação civil pública 1031742-37.2018.8.26.0053, reconhecendo o valor cultural, paisagístico, arquitetônico, turístico e afetivo do Parque Anhembi para a população e para a Cidade de São Paulo, apresentando a proposta de preservação de determinadas áreas do Parque, como o Palácio das Convenções, o Auditório "Elis Regina", Pavilhão de Exposições, espaços abertos, jardins e espelhos d'água.

Comentário do Desempenho



Em 06/10/2018 a Secretaria de Desestatização e Parcerias publicou no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a autorização para a contratação por inexigibilidade de licitação, a empresa B3 S.A. – Brasil Bolsa e Balcão, para a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria técnica à alienação das ações da SPTuris.

Em 29/10/2018 foi realizada audiência pública para discussão acerca do processo de privatização, com o objetivo de colher da sociedade civil, a partir do link, contribuições para o aprimoramento dos documentos que informam o Processo de Privatização. A ata da referida audiência encontra se disponível na Internet no link:
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/sptur_ata_audincia_20181106_vf_1544625024.pdf

Em 07/02/2019 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, página 68, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, o Aviso de Abertura de Licitação para a alienação de ações de titularidade do Município, representativas do capital social da São Paulo Turismo S/A, na modalidade leilão. O Edital foi disponibilizado na Internet no link:

www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desestatizacao/projetos/sp_turis/index.php

Em 27/02/2019 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi deliberado o aumento do capital em R\$ 100.000.000,00, sendo R\$ 30.000.000,00 em novo aporte e R\$ 70.000.000,00 pela capitalização do crédito do Município de São Paulo em razão de débitos tributários municipais da Companhia inseridos no Programa de Parcelamento Incentivado ("PPI").

Em 27/03/2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a liminar da Justiça Paulista que proibia alterações nas estruturas do Complexo Anhembi.

Em 28/03/2019 a Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria do Governo Municipal - SGM, tornou pública a prorrogação do Edital de Licitação nº 002/SMDP/2019, Processo Administrativo nº 6071.2018/0000453-6 (Alienação de ações de titularidade do Município representativas do capital social da São Paulo Turismo S.A) , com prazo para entrega de documentos e leilão para 04 e 11 de junho de 2019 respectivamente.

Em 24/04/2019 foi emitido Aviso aos Acionistas acerca do cancelamento do processo de aumento do capital social deliberado em 27/02/2019, tendo em vista o não atingimento do valor mínimo para efetivação do aumento de capital. Os valores integralizados por acionistas minoritários foram devolvidos em 29/04/2019.

Comentário do Desempenho



Governança Corporativa

No início de 2018, foi contratada uma empresa de consultoria para auxiliar na implementação do plano de adequação à Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) até 30 de junho de 2018. Até o final de 2017, a SPTuris não possuía, dentre outras, área responsável por gestão de riscos e controles internos e, para que a Companhia estivesse 100% aderente à Lei, foram realizadas algumas transformações na estrutura organizacional.

Em 04/04/2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi consolidada a nova redação do Estatuto Social da Companhia, contemplando essas transformações: a) ajuste da Auditoria Interna de forma que se subordine diretamente ao Conselho de Administração, conforme definido na Lei Federal nº 13.303/2016; b) alteração da estrutura da Ouvidoria, vinculando-a ao Conselho de Administração, aumentando a independência. A Ouvidoria passou a ser responsável pela gestão do Canal de Denúncias; c) criação da Diretoria de Conformidade, que assumiu as atribuições de: i. Gestão de Riscos e ii. Controles Internos; d) criação da área de Integridade e Gestão de Riscos; e) criação do Comitê de Auditoria Estatutário para assessoramento ao Conselho de Administração, cuja posse dos três membros se deu em 19/07/2018; f) criação do Comitê de Elegibilidade.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 31 e março de 2019 comparado a 2018, em R\$ mil.

	Mar-18	Mar-19	Variação
(+) EVENTOS/PMSP	11.860	15.077	27%
(+) ANHEMBI E INTERLAGOS:	10.467	6.747	-36%
PAVILHÃO	2.407	1.321	-45%
PALÁCIO/ELIS REGINA	1.085	1.688	56%
SAMBÓDROMO	1.163	1.446	24%
OUTRAS LOCAÇÕES	1.014	1.070	6%
ESTACIONAMENTOS	864	1.006	17%
TELECOM	551	145	-74%
AUTÓDROMO DE INTERLAGOS	3.384	71	-98%
(=) RECEITA OPER. BRUTA *	22.327	21.825	-2%
(-) DEDUÇÕES:	-5.683	-2.117	-63%

Comentário do Desempenho



<i>DEVOLUÇÕES – Fórmula 1</i>	-3.165	0	
<i>DESCONTOS - Anhembi</i>	-23	-290	
<i>IMPOSTOS</i>	-2.495	-1.827	
(=) RECEITA OPER. LÍQUIDA	16.644	19.708	18%
* Clientes Públicos	53%	69%	30%
* Clientes Privados	47%	31%	-34%

Variações mais relevantes:

- O aumento de 27% em 2019 na rubrica Eventos/PMSP se deu por maiores receitas com eventos em especial Secretaria Geral do Município (SGM) e Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR);
- Houve uma redução de 36% em Receitas com Parque Anhembi e Autódromo devido à perda de locações e a transferência da gestão e operação do Autódromo de Interlagos da SPTuris para a SPObras;
- Em Deduções, no ano de 2018 houve a devolução de recursos referente a valores do evento Fórmula 1 – 2017.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo financeiro nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2019 (em R\$ Mil).

	2018	2019	Varição
1. ENTRADAS			
1.1 SETOR PRIVADO	10.348	7.831	-24%
1.2 PMSP	21.759	38.931	79%
1.3 PAC	3.050	0	-
1.4 OUTRAS	617	249	-60%
TOTAL DAS ENTRADAS	35.774	47.011	31%
2. SAÍDAS			
2.1 PESSOAL	-13.366	-14.174	6%
2.2 SERVIÇOS PÚBLICOS	-1.703	-1.604	-6%
2.3 TRIB. E PARCELAMENTOS	-4.044	-4.355	8%
2.4 FORNECEDORES / OUTRAS	-20.746	-33.240	60%
2.5 INVESTIMENTOS / PAC	-505	-77	-85%
TOTAL DAS SAÍDAS	-40.364	-53.450	32%
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO TRIMESTRE	-4.590	-6.401	-39%

Variações mais relevantes:

- O aumento em 79% das entradas provenientes da PMSP foi devido aos fluxos dos recebimentos financeiros do repasse do evento “carnaval” com volume maior em 2019;
- A diminuição com o PAC de 100% decorre de cronograma de recebimento já estabelecido;
- O aumento em 60% das saídas com Fornecedores foi reflexo dos fluxos financeiros de repasses do evento Carnaval-PMSP.

Comentário do Desempenho



Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o trimestre findo em 31 de março de 2019, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A SP Turis disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0571, e-mail: rodrigo.kluska@spturis.com).

Considerações finais

A Administração da Companhia está atenta às condições atuais desfavoráveis de mercado, no contexto da possibilidade de privatização, do qual decorre a incerteza de nossos potenciais clientes quanto a uma decisão de retorno em relação à locação de espaços.

Foi adotada postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade.

Conforme exposto acima, há empenho no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência, gestão de riscos, controles internos e supervisão interna. Nosso propósito é reduzir o efeito dos riscos e incertezas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 14 de maio de 2019.

A Administração

SÃO PAULO TURISMO S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. (“SPTuris” ou Companhia) autorizou a conclusão, em 13 de maio de 2019 da elaboração das informações financeiras intermediárias para o período findo em 31 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.



2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações financeiras intermediárias e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2018.

a) Moeda funcional – As informações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da SPTuris. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, foram arredondas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.



- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
 - Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);
 - Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;
- c) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o primeiro trimestre de 2019 e exercício de 2018 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;
- e) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas informações financeiras intermediárias pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;
- f) Almojarifado – Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- g) Imobilizado – O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.



de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 8;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);

j) Adiantamentos de Clientes – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.



m) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

n) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

o) Reconhecimento da receita – A prestação de serviços deve ser reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

p) A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47);

q) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de março de 2019, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

IFRS 16 – Arrendamento mercantil

A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Todas as empresas que arrendam grandes ativos para o uso em seus negócios poderão notar um aumento nos ativos e nos passivos reportados. Isso afetará uma grande variedade de ramos de atividade, desde companhias aéreas que arrendam aeronaves até varejistas que arrendam lojas. Quanto maior a carteira de arrendamentos, maior o impacto sobre as principais métricas financeiras.

A adoção é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida adoção antecipada desde que a IFRS 15 também seja aplicada. A Companhia avaliou não existir efeitos significativos do IFRS 16 nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	46	49
Bancos	894	1.488
Aplicações financeiras	7.047	12.850
	7.987	14.387

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento. Nossas aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com rentabilidade média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cientes no País	2.988	1.998
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	2.821	5.160
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.481)	(1.746)
	1.328	5.412

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulantes está demonstrada como segue:

A vencer:	R\$ 2.913
Vencidos até 30 dias:	R\$ 218
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	R\$ 1.163
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	R\$ 43
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	R\$ 30
Vencidos há mais de 180 dias:	R\$ 1.442
Total:	R\$ 5.809

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo no início do período 31/12/2018	1.746
Aumento da provisão	2.735
Saldos no final do período 31/03/2019	4.481

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/03/2019	31/12/2018
COFINS a compensar	392	-
PIS a compensar	85	-
IRPJ a compensar	1.232	969
CSLL a compensar	1	1
INSS a compensar	417	584
	2.127	1.554

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/03/2019	31/12/2018
Despesas antecipadas	6.134	725
	6.134	725

São valores referentes a apropriação do IPTU 2019.

Notas Explicativas



SÃO PAULO TURISMO S.A.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/19	Líquido 31/12/2018
Terrenos	-	121.122	0	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	129.477	(43.628)	85.849	87.555
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.221)	2.067	2.129
Estacionamento	3,45%	11.437	(4.793)	6.644	7.280
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.535)	1.475	1.496
Instalações	10%	16.583	(11.114)	5.469	7.731
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.836	(6.336)	500	773
Veículos	20%	1.205	(1.189)	16	9
Móveis e utensílios	10%	6.037	(5.402)	635	1.284
Outros ativos fixos	20% e 10%	702	(670)	32	37
Construções em andamento	-	52	0	52	0
Total imobilizado		300.749	(76.888)	223.861	229.416

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/19	Líquido 31/12/2018
Intangível					
Programas e Sistemas		2.265	(1.003)	1.262	1.369
Marcas e Patentes		102	(93)	9	11
Total intangível		2.367	(1.096)	1.271	1.380

Total imobilizado e intangível		303.116	(77.984)	225.132	230.797
---------------------------------------	--	----------------	-----------------	----------------	----------------

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/03/2019
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	87.555	40	-	-	(1.746)	85.849
Túnel de Serviços	2.129	-	-	-	(62)	2.067
Estacionamento	7.280	-	-	-	(638)	6.642
Ruas Praças e Jardins	1.496	-	-	-	(19)	1.477
Instalações	7.731	4	-	-	(2.266)	5.469
Máquinas e Equipamentos	773	-	-	-	(273)	500
Veículos	9	-	-	-	7	16
Móveis e Utensílios	1.284	-	-	-	(649)	635
Outros ativos fixos	37	-	-	-	(5)	32
Construções em Andamento	-	52	-	-	-	52
Total Imobilizado	229.416	96	0	0	(5.651)	223.861
Programas e Sistemas	1.369	-	-	-	(107)	1.262
Marcas e Patentes	11	-	-	-	(2)	9
Total Intangível	1.380	0	0	0	(109)	1.271
Imobilizado e Intangível	230.796	96	0	0	(5.760)	225.132

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o período findo em 31 de março de 2019, a Companhia não identificou indicativos da necessidade de constituição de provisão.

É importante ressaltar que o Ativo Imobilizado de R\$223.861 mil é composto de 53% de terrenos computado a preços de custo (R\$121.122 mil), 38% de edificações e os restantes 9% em outros equipamentos.

O ativo intangível é composto por programas e sistema de informática e marcas e patentes.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/03/2019	31/12/2018
FGTS	199	282
INSS empresa	1.423	1.315
INSS retido	204	183
Provisão para férias e encargos	4.493	4.900
Provisão para 13º salário e encargos	751	-
IRRF	317	593
	7.387	7.273

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	5.637	17
Parcelamento IPTU/ISS	4.365	4.300
Receita Federal:		
. COFINS a recolher	-	238
. PIS a recolher	-	51
. Impostos retidos	631	227
	10.633	4.833
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	66.191	66.296
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	5.754	5.831
	71.945	72.127
Total circulante e não circulante	82.578	76.960

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2019 e 2018 foram pagos R\$ 1.086 e R\$ 4.182 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 153 parcelas e o saldo devedor em 31/03/2019

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

era de R\$ 70.555.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

Receita diferida ISS/IPTU

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	1.256	1.256
Não circulante	19.057	19.371
	20.313	20.627

12. EVENTOS – REPASSE A REALIZAR

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Evento Carnaval	3.289	850

Em 13/07/2018, a partir do Decreto nº 58.319/2018 a PMSP revogou o Decreto 46.356/05 pelo qual a SPTURIS possuía exclusividade no que se refere aos seguintes eventos: Festa oficial de "réveillon", aniversário da Cidade, Carnaval, Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, festejos de Natal e São Paulo "Fashion Week".

13. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à SPTuris um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a SPTuris ainda possui débitos para com as outras

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 2.805 em março/19, sendo R\$ 1.202 no curto prazo e R\$ 1.603 no longo prazo. E em dezembro/18, R\$ 3.187, sendo R\$ 1.531 no curto prazo e R\$ 1.656 no longo prazo.

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
SPTRANS	315	311
PRODAM	420	577
CET	276	379
SP URBANISMO	191	264
	1.202	1.531
Não circulante		
SP TRANS	1.603	1.656
	1.603	1.656

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	5.310	3.809
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	3.457	2.721
Cessões de áreas a realizar - Pólo Cultural	947	979
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	671	324
Adiantamentos de clientes	308	401
Contratos de estacionamento	3	3
Contratos de mídia	-	-
(-) Cessões de áreas a realizar no longo prazo	(196)	(144)
	10.500	8.093
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar	196	144
	196	144
Total circulante e não circulante	10.696	8.237

Incertezas quanto ao resultado do processo de privatização em andamento, a facilidade da experiência virtual com produtos oferecidos pelas empresas, e também a possibilidade de participação em eventos via tecnologia embarcada na Internet, são fatores que têm prejudicado a presença física do público nos eventos, refletindo no volume de cessões de nossas áreas.

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.****15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em certos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R\$49.086 (*incluídos 20% de honorários*). Entretanto, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo, para revisão do percentual dos honorários de sucumbência. Contra essa decisão, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis Trabalhistas Tributárias		
Saldo no início do período 31/12/2018	49.926	17.526	5.874
Reclassificação do curto para longo prazo da provisão para dissídio e encargos	-	-	-
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	-	-	-
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	-	1.625	-
Valores baixados	-	-	-
Saldos no final do período 31/03/2019	49.926	19.151	5.874

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma, foi acrescentada à provisão o ACT 2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários. E também acrescentada à provisão o ACT 2018/2019, com base na estimativa de aumento de 4% dos salários.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências tributárias que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas e que são as seguintes: PIS e COFINS - R\$ 5.606, IRPJ e CSLL - R\$ 268.

16. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/03/2019 o montante de R\$ 15.475 e aplicados R\$ 12.699 em obras.

Desde a instauração do processo de privatização, a Companhia não faz quaisquer estimativas quanto a recebimento e aplicações de recursos públicos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Quantidades em 31/03/2019**

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital Social (R\$ mil) 31/03/2019
Saldo em 31/03/2019	7.389.933	44.853	87.368	7.522.154	216.713

A empresa contava com 3.533 acionistas em 31/03/2019. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. Os últimos preços cotados em 2018, em lote padrão, conforme o site http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm, foram: R\$ 75,00 para as ações ordinárias, R\$ 85,00 para as ações preferenciais Classe "A" e R\$ 80,00 para as ações preferenciais Classe "B".

18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	31/03/2019	31/03/2018
Receita Operacional Bruta	21.825	22.327
Eventos	15.078	11.860
Pavilhão	1.321	2.406
Palácio	1.688	1.085
Polo Cultural	1.446	1.163

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

Outras Locações	1.070	1.014
Estacionamento	1.006	864
Telecom	145	551
Autódromo de Interlagos	71	3.384
Cancelamentos e Descontos	(290)	(3.188)
Impostos	(1.827)	(2.495)
Receita Operacional Líquida	19.708	16.644

A receita de prestação de serviços por eventos realizados para a Prefeitura de São Paulo é reconhecida tão somente quando da emissão da nota fiscal, ocasião em que a Prefeitura tem como aceitos todos os itens de custos envolvidos para a realização dos eventos.

19. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos e despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

19.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/03/2019	31/03/2018
Terceiros (serviços/equipamentos)	11.254	6.692
Utilidades e Serviços	3.196	2.973
Depreciação	1.875	1.265
Pessoal	3.257	4.569
	19.582	15.499

19.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/03/2019	31/03/2018
Pessoal	11.518	9.396
Utilidades e serviços	205	224
Honorários	247	127
Manutenções e locações	192	124
Despesas gerais	2.540	2.168
Propaganda e publicidade	10	30
Tributos, taxas e contribuições	303	160
Depreciações e amortizações	3.573	425
Provisões e reversões de provisões	4.359	8.189
	22.947	20.843

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2019	2018
Imobilizado: Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.477
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2019 estão identificados a seguir:

	Saldo contábil	Valor justo
Disponibilidades	7.987	7.987
Contas a receber e clientes	1.328	1.328
Impostos a recuperar	2.127	2.127
Outras contas a receber	220	220
Obrigações trabalhistas	7.387	7.387

Notas Explicativas**SÃO PAULO TURISMO S.A.**

Fornecedores	10.894	10.894
Obrigações tributárias	82.578	82.578
Empresas municipais	2.805	2.805

22. PARTES RELACIONADAS

<u>Saldos de Ativos e Passos</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura de São Paulo)	7.491	5.160
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Carnaval	3.289	850
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.364	4.300
SPTRANS	315	311
PRODAM	420	577
CET	276	379
SP URBANISMO	192	263
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	66.191	66.295
SPTRANS	1.603	1.656
Resultado		
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receitas	16.098	12.594
Receitas com eventos PMSP	15.077	11.860
Receitas com locação de área PMSPs	1.021	734
Despesas financeiras com PPI e empresas da PMSP	(1.075)	(1.116)

Com relação ao Carnaval de 2019, a PMSP contratou a SPTURIS para a realização da locação e infraestrutura do Sambódromo, Eleição da Corte, Carnaval de Bairros, recebendo por estes serviços R\$ 5.156 mil. Além destes serviços, a SPTURIS foi contratada para apoio institucional ao Carnaval Paulistano, que contempla sua organização, divulgação, controle e fiscalização das apresentações das agremiações. O valor estimado deste contrato foi de R\$ 39.494 mil, sendo que R\$ 37.800 mil foram para mero repasse às agremiações e, R\$ 1.694 mil, como efetiva remuneração.

23. CONTINUIDADE OPERACIONAL DOS NEGÓCIOS

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.



que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos entre receitas e despesas, normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seus acionistas, bem como da redução dos custos e despesas operacionais, e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou administrativas, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes foram avaliados até 13 de maio de 2019, data em que as informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria.

Em 24/04/2019, foi divulgado Aviso aos Acionistas acerca do cancelamento do processo de aumento de capital social, tendo em vista o não atingimento do valor mínimo para efetivação do Aumento de Capital. O valor mínimo foi estabelecido na Proposta da Administração, divulgada em 27/02/2019, em que constituir-se-ia o aumento do capital em R\$ 100.000.000,00, sendo R\$ 30.000.000,00 em novo aporte de recursos financeiros e R\$ 70.000.000,00 pela capitalização do crédito do Município de São Paulo em razão de débitos tributários municipais da Companhia inseridos no Programa de Parcelamento Incentivado ("PPI"). O aumento de capital, ora cancelado, ainda estaria dentro do contexto do processo de privatização da Companhia, segundo o item 4.6.1 do Edital de Privatização SMDP Nº 002/2019, publicado em 11/02/2019.

Em 05/04/2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a liminar da Justiça Paulista que proibia alterações nas estruturas do Complexo Anhembi.

Em 24/04/2019 foi emitido Aviso aos Acionistas acerca do cancelamento do processo de aumento do capital social deliberado em 27/02/2019, tendo em vista o não atingimento do valor mínimo para efetivação do aumento de capital. Os valores integralizados por acionistas minoritários foram devolvidos em 29/04/2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

São Paulo Turismo S/A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para a conclusão da revisão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Ausência de relatório auxiliar conciliado com os saldos contábeis de depósitos judiciais e provisões para contingências

Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e também é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de março de 2019 a Companhia possui provisões classificadas com risco provável de R\$ 74.951 (R\$ 73.326 em 31 de dezembro de 2018) e depósitos judiciais de R\$ 1.869 (R\$ 1.604 em 31 de dezembro de 2018) entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras intermediárias não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores internos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões. A ausência de tais conciliações e controles atualizados ensejam uma limitação no escopo de nosso trabalho na avaliação dos saldos de contingências e depósitos judiciais em 31 de março de 2019.

Conclusão sobre as informações intermediárias com ressalva

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão da revisão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$22.784 no período de três meses findos em 31 de março de 2019, prejuízos acumulados em R\$317.458 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$26.609, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr 23, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de março de 2019, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Edital de Privatização

Conforme divulgado extensivamente no Relatório de Administração em parágrafo específico intitulado “Privatização” e de forma breve nas notas explicativas n°s 14, 16, 23 e 24, em 06/02/2018 foi publicado fato relevante sobre a Lei nº 16.766/2017 sancionada pelo Prefeito de São Paulo em 20/12/2017, autorizando a alienação da participação societária detida pelo Município de São Paulo, sendo este o principal acionista da Companhia, na São Paulo Turismo S.A..

A Prefeitura do Município de São Paulo tornou pública a prorrogação do Edital de Licitação nº 002/SMDP/2019, Processo Administrativo nº 6071.2018/0000453-6 (Alienação de ações de titularidade do Município representativas do capital social da São Paulo Turismo S.A) , com prazo para entrega de documentos e leilão para 04 e 11 de junho de 2019 respectivamente.

A consumação do referido edital de privatização está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais para a operação.

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa revisão sobre as informações financeiras intermediárias, não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Blumenau (SC), 10 de maio de 2019.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 10/05/2019, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia, em 31 de março de 2019.

São Paulo, 14 de maio de 2019.

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARCO ANTÔNIO TORRES PASSOS

VALDEMIRO SALEMA CARDOSO

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 62.002.886/0001-60

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2019, acompanhadas do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras intermediárias, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras intermediárias.

São Paulo, 13 de maio de 2019.

Membros da Diretoria

OSVALDO ARVATE JR.

RODRIGO KLUSKA ROSA

MARCO AURÉLIO CARREIRA

CRISTIANO APARECIDO DO CARMO GUELERI

FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 62.002.886/0001-60

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2019.

São Paulo, 13 de maio de 2019.

Membros da Diretoria

OSVALDO ARVATE JR.

RODRIGO KLUSKA ROSA

MARCO AURÉLIO CARREIRA

CRISTIANO APARECIDO DO CARMO GUELERI

FREDERICO HANNAH MATTAR ROZANSKI